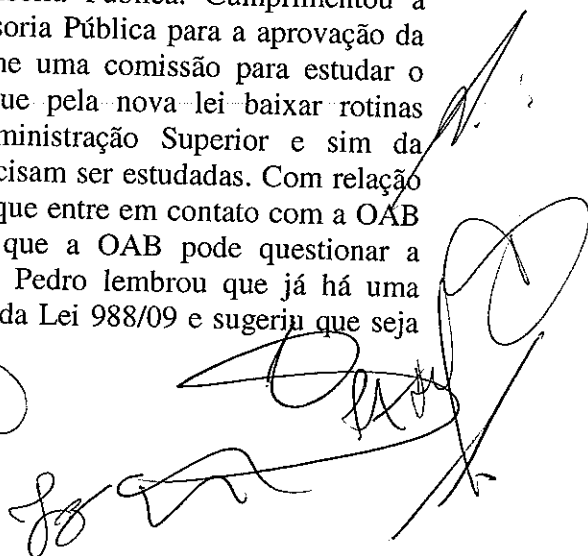
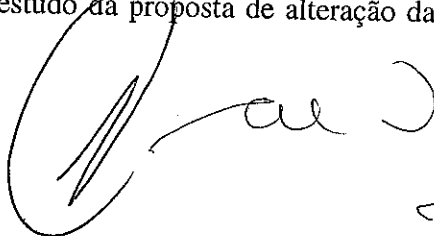
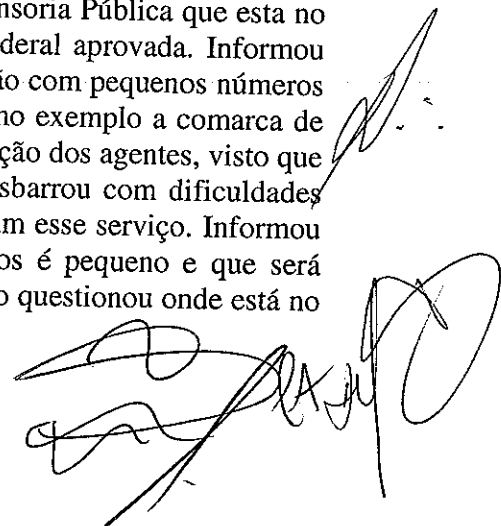
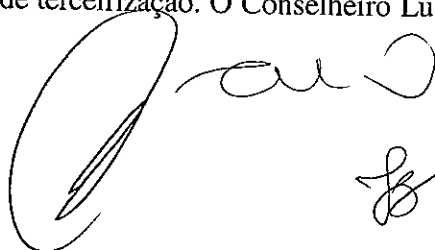


ATA DA 160ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

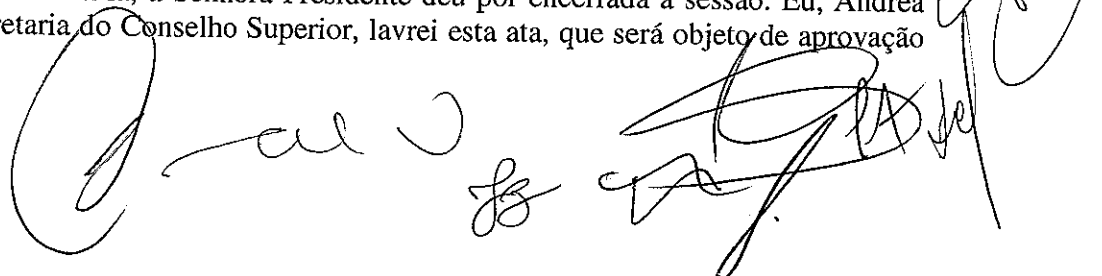
Aos nove dias do mês de outubro do ano dois mil e nove, na sala de reuniões da Unidade de Itaquera, Regional Leste, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Cristina Guelfi Gonçalves. Presentes os (as) Conselheiros (as) Pedro Antonio de Avellar, Carlos Weis, Luciano Alencar Negrão Caserta, Elaine Moraes Ruas Souza, Tiago Fensterseifer, Denise Nakano Veronezi, Julio Cesar Tanone, Willian Fernandes, José Luis de Almeida Simão, Davi Eduardo Depiné Filho e Juliana Garcia Belloque, representante da Apadep. Ausentes justificadamente os (as) Conselheiros (as) Fernando Roberto Faria e Mônica de Melo. Deu-se início aos trabalhos às 11h30min. A Presidente comunicou a sanção pelo Presidente da República da Lei 1032/2009 que trouxe importantes transformações nas Defensorias Públicas, entre elas o direito a assento e voz de representante da Associação dos Defensores Públicos, nesta oportunidade, a Defensora Pública Juliana Garcia Belloque, Presidente da Apadep. Relatou a Sessão Solene que contou com a presença do Presidente Luis Inácio Lula da Silva que na oportunidade fez um discurso favorável às Defensorias Públicas e sua estruturação. Informou que a administração superior continua empenhada na implementação da emenda ou mensagem aditiva para o projeto dos 100 cargos. Informou que o Secretario de Justiça e o Secretario de Planejamento irão verificar o impacto orçamentário. Não havendo mais comunicações da Presidência, passou-se ao momento aberto. A Presidente abriu a palavra à Dona Maria Amélia, coordenadora dos Direitos da Mulher da Prefeitura de Taboão da Serra que relatou o trabalho prestado para mulheres que sofrem violência na região bem como a divulgação da Lei Maria da Penha. Informou que os juízes não estão cumprindo a medida preventiva por não acharem necessário. Solicitou a presença de Defensor Público na região para fazer valer a lei. Informou que a Prefeitura dispõe espaço para a Defensoria Pública. O Conselheiro Davi informou os meios que a Defensoria Pública dispõe para tratar dos casos de violência à mulher e que nos casos de Taboão da Serra, poderá indicar advogado do convênio da OAB. Sra Maria Amélia informou que a juíza do Fórum de Taboão da Serra não nomeia advogado para a vítima, somente para o réu. O Conselheiro Davi informou que o Núcleo dos Direitos da Mulher poderá encontrar uma solução. Não havendo mais inscritos, passou-se à manifestação dos Conselheiros. O Conselheiro Pedro solicitou que a Defensora Geral publique o ato que regulamenta a Deliberação que trata dos critérios de hipossuficiência. A presidente informou que o sistema já está de acordo com a Deliberação. O Conselheiro Carlos Weis destacou a importância de o Conselho Superior estar presente na inauguração da Unidade e realizar as sessões ordinárias nas regionais da Defensoria Pública. Cumprimentou a Presidente da Apadep. Agradeceu os esforços da Defensoria Pública para a aprovação da Lei 1032/2009. Sugeriu que o Conselho Superior forme uma comissão para estudar o impacto da lei 1032/2009 na lei 988/06. Informou que pela nova lei baixar rotinas administrativas não é mais de competência da Administração Superior e sim da Corregedoria-Geral. Pontuou algumas alterações que precisam ser estudadas. Com relação à questão da desvinculação da OAB, sugeriu à Apadep que entre em contato com a OAB para que isto seja feito de forma sensata. Ponderou que a OAB pode questionar a constitucionalidade desta desvinculação. O Conselheiro Pedro lembrou que já há uma Comissão formada para estudo da proposta de alteração da Lei 988/09 e sugeriu que seja



ampliado. Requisitou a presença do Corregedor-Geral, Carlos Weis. A presidente encaminhou proposta de inserir à Comissão o Corregedor-Geral e o Conselheiro Tiago Fensterseifer, bem como ampliar o estudo para as alterações advindas com a aprovação da Lei 1032/2009. A Presidente da Apadep lembrou-se da Presidente da Comissão de Prerrogativas. Aprovado. A Conselheira Juliana Belloque parabenizou os colegas da Regional de Itaquera. Destacou a importância da formalização da participação da Associação para fazer cumprir a lei. Informou que este assento da Associação tem como objetivo a participação da carreira no Conselho Superior. Informou que dia 23 de outubro haverá assembléia extraordinária para discutir a postura da carreira no que diz respeito à desvinculação da OAB. Sugeriu que o Conselho Superior se debruce sobre a questão para dar um respaldo à carreira. Informou que a Associação está na Assembléia Legislativa e que também comunga da opinião positiva da Defensora Pública-Geral quanto à aprovação da emenda no projeto dos 100 cargos. Solicitou que o Conselho Superior inicie as discussões sobre a tutela coletiva. O Conselheiro Davi manifestou-se sobre a participação de entidades de classe no Conselho Superior. Informou que isto destaca a importância do Conselho Superior e da própria entidade. Relatou a reunião realizada na data de ontem com a carreira para esclarecer os impactos orçamentários na reformulação das gratificações. Informou que na parte da tarde houve um treinamento do novo sistema de Recursos Humanos da Defensoria para os coordenadores de regionais. Relatou os benefícios que o sistema trará. A Conselheira Elaine manifestou-se sobre o impacto favorável em todas as Defensorias Públicas com o assento das entidades de classe no órgão deliberativo. Solicitou à carreira que encaminhe propostas e sugestões ao Conselho Superior e não pelo Grupo de Email. Informou que o Defensor Público Assessor de Convênios, Menésio Pinto Cunha, esclareceu ontem na reunião a nova política de convênios com Universidades. O Conselheiro Willian manifestou-se favorável ao assento da Apadep. Manifestou-se sobre a importância da inauguração da Regional de Itaquera para a instituição. Informou o aspecto negativo para a Ouvidoria-Geral na aprovação da Lei. Sugeriu que os convênios com universidades possam reforçar o quadro de apoio da instituição para psicólogos e assistentes sociais. A Conselheira Elaine comunicou que em consulta com a Assessoria Jurídica sobre esta possibilidade, foi informada de que a Defensoria Pública poderia encaminhar às Universidades os casos e não o atendimento dentro da Defensoria Pública, visto que não há supervisão do estágio. A Conselheira Denise parabenizou a Unidade Itaquera. Destacou a importância de começar a pensar na estrutura de estagiários de direito para os 100 novos defensores públicos que virão após a aprovação da lei. Agradeceu todo o apoio que teve enquanto Coordenadora da Regional Criminal e desejou boa sorte aos novos coordenadores. O Conselheiro Julio parabenizou os colegas da Unidade Itaquera, principalmente os novos. Ponderou a importância de escolher bem os agentes de defensoria pública. Sugeriu a terceirização dos serviços de psicólogos e assistentes sociais e aproveitar os agentes para outras funções. Sugeriu que o texto sobre a Defensoria Pública que esta no portal seja alterada pelo texto do artigo primeiro da nova lei federal aprovada. Informou que a lei deixa clara a questão da OAB. Informou sua preocupação com pequenos números de Defensores em comarcas que tem demanda grande e deu como exemplo a comarca de Franca. A Presidente informou que não há como alterar a contratação dos agentes, visto que o concurso já esta em andamento. Informou que a instituição esbarrou com dificuldades com convênio e com a falta de interesse das entidades que prestam esse serviço. Informou que o número de profissionais nesta área que serão concursados é pequeno e que será ampliado com algum tipo de terceirização. O Conselheiro Luciano questionou onde está no



quadro apresentado de distribuição dos Defensores Públicos, os reforços para os Núcleos Especializados. Solicitou que a proposta de revisão de gratificações venha rápido ao Conselho Superior. Não havendo mais manifestações dos conselheiros, passou-se ao momento aberto. CSDP n.º 090/08. Interessado: Ana Carolina Franzin Bizarro, Bruno Ricardo Miragaia, Carlos Weis, Elaine Moraes Ruas Souza e Noadir da Silva Junior. Assunto: Fixação de atribuições funcionais. Relatora: Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP n.º 385/08. Interessado: Defensora Pública-Geral. Assunto: proposta de classificação dos cargos criados pela Lei 1050/08. Relatora: Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar a proposta de alteração da classificação dos cargos. CSDP n.º 383/09. Interessado: Flavio Américo Frasseto. Assunto: regulamentação de comunicação aos Núcleos do ajuizamento de Ações Cíveis Públicas. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. Vista concedida ao Conselheiro Carlos Weis. CSDP n.º 1106/09. Interessado: Juliana Araújo Lemos da Silva Machado. Assunto: Pedido de afastamento para participação da "XX Semana Jurídica da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Direito e Serviço Social da UNESP – Campus de Franca" a ser realizada no dia 23 de setembro, em Franca- SP. Relator: Conselheiro Tiago Fensterseifer. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP n.º 1118/09. Interessado: Gessane Fonseca Gomes. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "VII Congresso de Direito de Família", no período de 28 a 31 de outubro de 2009. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o pedido de afastamento da interessada, nos termos pleiteados. CSDP n.º 1126/09. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no "VII Congresso de Direito de Família", no período de 28 a 31 de outubro de 2009. Relator: Conselheiro Davi Eduardo Depiné Filho. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o pedido de afastamento dos interessados. CSDP n.º 1127/09. Interessado: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação na Palestra "Nova Lei de Adoção", dia 16 de outubro de 2009. Relatora: Conselheira Elaine Moraes Ruas Souza. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, DEFERIR o afastamento dos Defensores Públicos: Aluísio Iunes Monti Ruggieri, Anísio Vieira Caixeta Junior, Bruno Dias Napolitano, Carla Ferreira Zapparoli, Carolina de Melo Teubl Gagliato, Carolina Rangel Nogueira, Cássia Zanguetin Michelão, Cláudio Lúcio de Lima, Débora de Vito Oriolo, Fabiana Botelho Zapata, Flávio de Almeida Pontinha, Gisele Ximenes Vieira dos Santos Inácio, Luis Eduardo de Toledo Coelho, Rosemery Francisco Alves, Sérgio Wagner Locatelli, Silvia Pontes Figueiredo, Silvana Jota Figueiredo, Thais Helena da Costa Nader, Valéria Silva do Nascimento e Vivian Monsef de Castro e INDEFERIR o afastamento dos Defensores Públicos: Diana Melo Nunes, Fernanda Cacavalli, Gesanne Fonseca Gomes, Rosely Galvão Mota, Thiago Santos de Souza e José Henrique Golin Matos, tendo em vista o não cumprimento dos requisitos da Deliberação CSDP n.º 27/2007. CSDP n.º 1116/09 (excetuado à pauta). Interessado: Núcleo de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Pedido de abertura de inscrições para membros e colaboradores do Núcleo. Relatora: Conselheira Denise Nakano Veronezi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, aprovar a abertura de inscrições. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andréa Silva Britto, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, nove dias do mês de outubro de 2009.



Cristina Guelfi Gonçalves
Presidente



Davi Eduardo Depiné Filho
Conselheiro



Elaine Moraes Ruas Souza
Conselheira



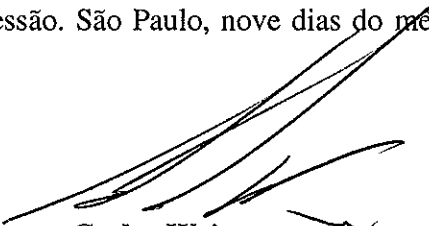
Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro



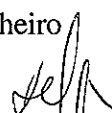
José Luis de Almeida Simão
Conselheiro



Willian Fernandes
Conselheiro



Carlos Weis
Conselheiro



Denise Nakano Veronezzi
Conselheira



Júlio Cesar Tanone
Conselheiro



Pedro Antonio Avellar
Conselheiro



Juliana Garcia Belloque
Representante da Apadep



Tiago Fensterseifer
Conselheiro